



**Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DO**  
**VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI 027-2023.**



**RELATÓRIO**

1

Trata-se de veto total ao Projeto de Lei nº 027-2023, que ***“ESTABELECE DIRETRIZES PARA AS EXPOSIÇÕES JUSTIFICADAS DE ABERTURAS DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES E ESPECIAIS PELO PODER EXECUTIVO.”***

**FUNDAMENTAÇÃO**

O §1º, do art. 64, da Lei Orgânica do Município de Conselheiro Lafaiete autoriza ao Prefeito vetar projeto de lei aprovado pela Câmara Municipal, desde que seja inconstitucional ou contrário ao interesse público.

As razões de fls. 02/05 justificam, em tese, a ilegalidade está no fato do projeto estar em desacordo com o princípio da necessidade, haja vista que as determinações constantes na proposição já são regulamentadas de maneiras diversas.

Prossegue relatando que a competência para legislar acerca de direito financeiro é privativa da União e, que existem mecanismos antecedentes aos Decretos Orçamentários hábeis a justificar a abertura de créditos.

Destarte, o veto respeita a legislação Municipal, não havendo óbice de qualquer natureza para sua tramitação.

**CONCLUSÃO**

Diante dos argumentos retro, concluímos que o veto deve ser submetido à soberania do Plenário.

É o nosso parecer.

SALA DAS COMISSÕES, 14 DE JUNHO DE 2023.

VEREADOR JOÃO PAULO FERNANDES RESENDE

VEREADOR EUSTÁQUIO CÂNDIDO DA SILVA

VEREADORA DAMIRES RINARLLY OLIVEIRA PINTO